

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD): UM MOVIMENTO METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE TEXTO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

CRITICAL ANALYSIS OF SPEECH (ACD): A METHODOLOGICAL MOVEMENT FOR TEXT ANALYSIS IN PORTUGUESE LANGUAGE LESSONS

Wellington Costa
(Universidade de Évora)

Maria João Marçalo
(Universidade de Évora)

Resumo: Na formação dos estudantes, a interpretação de textos é um exercício cognitivo fundamental para o desenvolvimento de leitores críticos do mundo em que vivem. O objetivo deste trabalho é apresentar a Análise Crítica do Discurso como metodologia de ensino para análise de textos. A ACD é uma teoria que considera a linguagem como prática social e, por isso, no estudo dos textos é imprescindível analisar o contexto de produção e de circulação dele, para a devida compreensão dos seus significados. Trata-se aqui de um levantamento de possibilidades de uso da ACD para a prática da interpretação de textos. São apresentados os conceitos basilares da ACD e as suas propostas que podem fundamentar a prática de análise de textos como leitura crítica das relações sociais em que todo leitor está inserido. Como uma teoria de viés social, a ACD contribui para a compreensão dos processos constitutivos dos discursos e, com isso, possibilita o desenvolvimento da competência comunicativa do leitor e a sua consequente formação crítica, necessária aos contextos sociais e formativos da contemporaneidade.

Palavras-chave: Ensino. Análise de textos. ACD. Prática.

Abstract: In student training, text interpretation is a fundamental cognitive exercise for the development of critical readers of the world in which they live. The objective of this work is to present the Critical Discourse Analysis as a teaching methodology for the analysis of texts. The ACD is a theory that considers language as a social practice, and therefore, in the study of texts, it is essential to analyze the context of production and circulation of it, for a proper understanding of its meanings. This is a survey of possibilities of use of the ACD for the practice of text interpretation. The main concepts of the ACD and its proposals are presented, which can support the practice of analyzing texts as a critical reading of social relations in which all readers are inserted. As a theory of social bias, the ACD contributes to the understanding of the constitutive processes of discourses and, with this, enables the reader's communicative competence to develop and its consequent critical formation, necessary to the social and formative contexts of contemporaneity.

Keywords: Teaching. Analysis of texts. ACD. Practice.

INTRODUÇÃO

A Análise Crítica do Discurso (ACD) se baseia na percepção da linguagem como aspecto imprescindível da vida social dialeticamente conectada a outros elementos da prática social, como a ideologia, por exemplo. É uma proposta capaz de mapear relações entre os recursos linguísticos usados pelos atores sociais e aspectos da prática nos quais a interação discursiva se insere.

Nesse sentido, é necessário que, nas escolas, a prática de análise de texto seja consubstanciada numa metodologia funcionalista que desvende as estratégias comunicativas dos sujeitos, as motivações deles para a escolha lexical, a influência do contexto sociocultural na composição do texto, a presença da ideologia na marcação de posicionamentos, os fatos sociais localizados na história, entre outros.

Aqui se considera que o texto é a forma imprescindível para a interação verbal acontecer, por isso, segundo Antunes (2010) o ensino de língua deve ter como objetivo maior a ampliação da competência comunicativa das pessoas. E como a língua se materializa verdadeiramente no ato interacional, essa competência é, em essência, discursiva.

Antunes (2010) alerta, ainda, para três acepções que fundamentam o conceito de texto: (1) todo texto cumpre uma função comunicativa, pois tem um propósito social e interativo; (2) todo texto é uma atividade social, pois envolve sempre um interlocutor; e (3) todo texto tem um núcleo temático.

É com base nessas características sócio-comunicativas do texto que se apresenta a hipótese deste trabalho: A Análise Crítica do Discurso (ACD) pode ser utilizada como estratégia metodológica para o ensino de análise de texto nas aulas de língua portuguesa.

Como o texto é a materialização do discurso, o dispositivo de análise proposto pela ACD permite compreender como se constituem os discursos. Logo a sua utilização para análise de textos mostra as composições escritas ou orais como representações significativas do mundo social. É este procedimento metodológico que se defende aqui, para o desenvolvimento da competência comunicativa de estudantes nos diferentes níveis de ensino de língua materna.

Nas próximas seções, dá-se a conhecer um panorama da Análise Crítica do Discurso e, por fim, suas contribuições para o ensino de análise de textos.

1 As propostas da Análise Crítica do Discurso

A expressão “análise do discurso” tem provocado muitos debates, em função da sua multiplicidade de significados em circulação. Diversos campos de estudo utilizam esta expressão para identificar sua prática analítica.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) propõe estudar-se a linguagem como prática social e, para isso, considera o importante papel do contexto para atingir este objetivo. Esse tipo de análise se interessa pela relação que há entre a linguagem e o poder. É possível defini-la como um viés que se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem (WODAK, 2003). Nessa perspectiva, a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente. É para atingir esse objetivo que a ACD recorre ao contexto social da enunciação em busca das realizações do processo comunicativo e daquilo que o realiza dialeticamente, por considerar os discursos como fatos históricos, portanto socialmente instituídos e ideologicamente constituídos.

Para a ACD, são necessárias as descrições e as teorizações dos processos e das estruturas sociais responsáveis pela produção de um texto “*como uma descrição das estruturas sociais e os processos nos quais os grupos ou indivíduos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com textos*” (WODAK, 2003: 19, tradução nossa). Não obstante, a relação entre o texto e o social não é vista de maneira determinista:

[...] a ACD trata de evitar o postulado de uma simples relação determinista entre os textos e o social. Tendo em consideração as intuições de que o discurso se estrutura por dominação, de que todo discurso é um objeto historicamente produzido e interpretado, isto é, que se acha situado no tempo e no espaço, e de que as estruturas de dominação estão legitimadas pela ideologia de grupos poderosos, o complexo enfoque que defendem os proponentes [...] da ACD permite analisar as pressões provenientes de cima e as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder que aparecem em forma de convenções sociais (WODAK, 2003: 19-20, tradução nossa).

Assim, devido aos diferentes enfoques seguidos por analistas críticos do discurso, aceita-se a ACD não como um método único, mas como um método que tem consistência em vários tipos de pesquisa.

Trabalhar com a Análise Crítica do Discurso implica considerá-la como uma teoria ou como um método ou, até mesmo, como uma perspectiva teórica que versa

sobre a linguagem. Desse modo, a referência a essa análise como teoria, método ou perspectiva teórica é totalmente aceitável entre os analistas críticos do discurso.

A ACD é uma forma de ciência crítica que foi concebida como ciência social destinada a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares da vida social e destinada, igualmente, a desenvolver recursos de que as pessoas podem se valer a fim de abordar e superar esses problemas (FAIRCLOUGH, 2003: 185, tradução nossa).

A ACD destaca a necessidade do trabalho interdisciplinar, objetivando-se uma compreensão adequada do modo como a linguagem opera. Assim se poderá compreender a manifestação da linguagem na constituição e na transmissão de conhecimento, na organização das instituições sociais e no exercício do poder. Esse tipo de análise busca uma teoria da linguagem que incorpore a dimensão do poder como condição capital da vida social. Daí se justifica o esforço de estudiosos da ACD para desenvolverem uma teoria da linguagem que apresente essa dimensão como uma de suas premissas fundamentais. “A ACD se interessa pelos modos em que se utilizam as formas lingüísticas em diversas expressões e manipulações do poder” (WODAK, 2003: 31, tradução nossa).

2 Os termos-chave da Análise Crítica do Discurso (ACD)

2.1 Discurso

Esse termo corresponde mais ou menos às dimensões textuais que, tradicionalmente, têm sido tratadas por “conteúdos”, “significados ideacionais”, “tópico”, “assunto” etc.

Há uma boa razão para usar “discurso” em vez desses termos tradicionais: um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos na forma mediada de construções particulares dos mesmos (FAIRCLOUGH, 2001: 164, destaque do autor).

A relação entre discurso e estrutura social tem natureza dialética, resultando do contraponto entre a determinação do discurso e sua construção social. No primeiro caso, o discurso é reflexo de uma realidade mais profunda; no segundo, ele é representado, de forma idealizada, como fonte social.

2.2 Contexto

Trata-se de uma noção de relevância ímpar para ACD, “já que explicitamente inclui elementos sociopsicológicos, políticos e ideológicos e, portanto, postula um procedimento interdisciplinar” (MEYER, 2003: 37, tradução nossa). Os discursos são

históricos e, assim, só podem ser entendidos se em referência a seus contextos (FAIRCLOUGH, 2003).

2.3 Sujeito

Segundo Fairclough, os sujeitos discursivos podem reagir às imposições da ideologia, afastando-se de determinada formação discursiva e inserindo-se em outra, portanto transformando as relações de poder. As abordagens de Pêcheux (1995) são importantes pela clareza com que define o sujeito discursivo e pela influência do seu pensamento nos estudos de outros autores, como o próprio Fairclough.

Na perspectiva tradicional da AD, o sujeito produz seu discurso a partir de posições-sujeito pré-determinadas dentro das formações discursivas (FD), que determinam o que pode e deve ser dito, porque as posições-sujeito, da mesma forma que este sujeito (da AD) são socialmente construídas. O sujeito é descentrado porque situa seu discurso em relação a outros discursos, que histórica e socialmente já constituídos reaparecem na sua fala. Assim, na fala do sujeito, outras vozes também falam.

2.4 Identidade

A identidade tem a ver com origem social, gênero, classe, atitudes e crenças de um falante e é expressa a partir das formas linguísticas e dos significados que esse falante seleciona, passando-se à maneira como o produtor de um texto retextualiza a fala de um locutor, atribuindo-se uma identidade e outra para esse locutor.

2.5 Intertextualidade e interdiscursividade

Intertextualidade e interdiscursividade são bastante exploradas pela ACD, pois ela analisa as relações de um discurso, considerando outros que lhe são recorrentes. É apropriado lembrar, aqui, o posicionamento de Bakhtin (1997) segundo o qual os textos “respondem” a textos anteriores e, também, antecipam textos posteriores.

2.6 Crítica, ideologia e poder

As noções de crítica, ideologia e poder são básicas para a ACD. Entende-se a crítica, segundo Wodak (2003), como o resultado de certa distância dos dados, considerados na perspectiva social e mediante uma atitude política e centrada na autocrítica. Já ideologia é um termo utilizado para indicar o estabelecimento e a conservação de relações desiguais de poder. Ela “*se refere às formas e aos processos*

sociais em cujo seio, e por cujo meio, circulam as formas simbólicas no mundo social” (WODAK, 2003: 30, tradução nossa). Por isso, a ACD indica, como um de seus objetivos, a desmitificação dos discursos por meio da decifração da ideologia.

A linguagem classifica o poder e expressa poder. Esse poder se manifesta segundo os usos que as pessoas fazem da linguagem e suas competências para tanto. Ele pode ser, em alguns casos, negociado ou mesmo disputado, pois é rara a ocasião em que um texto é obra de uma pessoa só.

O poder não somente se efetiva no interior do texto, através das formas gramaticais, mas, também, no controle que uma pessoa é capaz de exercer sobre uma situação social, através do texto (WODAK, 2003).

3 A proposta de Norman Fairclough com a Análise Crítica do Discurso

Para trabalhar com o discurso, Fairclough (2001) sugere uma análise tridimensional, explicando que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente, um texto (análise linguística), um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise de circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo).

A concepção tridimensional do discurso reúne três tradições analíticas. Observa-se que nem sempre é nítida a distinção entre “descrição” (análise textual) e “interpretação” (prática discursiva). O critério recomendável, segundo o próprio Fairclough, é considerar como “descrição” os casos em que mais se destaquem os aspectos formais do texto. Realçando-se mais os processos produtivos e interpretativos, há de ter-se em conta a análise da prática discursiva, embora se envolvam, também, os aspectos formais do texto.

3.1 Análise textual

Essa primeira dimensão é baseada na tradição de análise textual e linguística; é a análise denominada de “descrição”. É a dimensão que cuida da análise linguística. A análise textual deve ser feita conjuntamente com as outras dimensões.

A análise textual envolve quatro itens, apresentados em escalas ascendentes: vocabulário (lexicalização); gramática, coesão e estrutura textual. O vocabulário cuida, principalmente, de palavras isoladas; a gramática trata das palavras organizadas em orações e frases; a coesão, da ligação entre orações e frases; e a estrutura textual, finalmente, cuida de todas as características organizacionais dos textos.

a. Vocabulário

Um importante ponto de análise é referente a lexicalizações alternativas e sua significação tanto política quanto ideológica. “*Os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos*” (FAIRCLOUGH, 2001: 230). Em nível de vocabulário, é interessante constatar que a criação de itens lexicais gera novas categorias culturalmente essenciais.

Outro aspecto produtivo no estudo do vocabulário é o das metáforas, acompanhando-se suas implicações políticas e ideológicas e identificando-se os conflitos entre metáforas alternativas. Quando determinada metáfora é escolhida para significar coisas, constrói-se uma realidade de uma maneira específica, e não de outra. As metáforas estão naturalizadas de tal forma nas culturas, que se torna difícil identificá-las ou, mesmo, escapar delas.

b. Gramática

Toda oração é resultado da combinação de significados ideacionais, interpessoais (identitários e relacionais) e textuais. Quando as pessoas escolhem suas orações em termos de modelo e estrutura, selecionam, também, o significado e a construção de identidades sociais, de relações sociais, de crenças e conhecimentos. Alguns aspectos da gramática podem ser observados com produtividade. Por exemplo, uma oração declarativa pode conter a forma do presente que é, categoricamente, autoritária. Pode-se trabalhar com o significado interpessoal. Outros aspectos que podem ser listados são: a identificação do tema e do tópico, as relações entre as construções ativas e passivas e a omissão do agente nas construções passivas.

Há uma motivação social para analisar a transitividade. Por exemplo, há motivação para escolher a voz passiva. Seu uso permite a omissão do agente por ser irrelevante, por ser evidente por si mesmo ou por ser desconhecido, mas, também, a omissão pode ter razões políticas ou ideológicas, a fim de ofuscar o agente, a causalidade e a responsabilidade.

A dimensão da gramática que corresponde à função ideacional da linguagem é vista pela modalidade. Alguns itens gramaticais são utilizados para modalizar a oração: verbos auxiliares modais, tempos verbais, conjunto de advérbios modais e seus

adjetivos equivalentes. Além desses elementos, outros aspectos da linguagem também indicam a modalização, como padrões de entonação, fala hesitante, entre outros.

c. Coesão

Na coesão, pode-se considerar como as orações são ligadas em frases e como essas são ligadas para formar unidades maiores nos textos. Pode-se utilizar vocabulário de um mesmo campo semântico, repetição de palavras e uso de sinônimos próximos. Os mecanismos são variados em termos de referência e substituição. Isso vai formar a arquitetura do texto.

Os marcadores coesivos não podem ser vistos apenas como propriedades objetivas dos textos, mas *“têm de ser interpretados pelos intérpretes de textos como parte do processo de construção de leituras coerentes do texto”* (FAIRCLOUGH, 2001: 220).

d. Estrutura textual

A forma como o texto se organiza pode expandir a percepção dos sistemas de crenças e conhecimentos e alargar, também, a percepção dos pressupostos sobre as relações sociais dos tipos de texto mais diversos.

A comunicação verbal é também uma relação social e, por isso ela está submetida às regras de polidez. Não respeitar uma regra do discurso é se expor e ser considerado mal-educado. *“Esses fenômenos de polidez estão integrados na teoria denominada ‘das faces’”* (MAINGUENEAU, 2001: 38, destaque do autor).

Todo indivíduo possui duas “faces”: negativa e positiva. A negativa corresponde ao espaço ou “território” de cada um. Nele, as pessoas não querem ser incomodadas, impedidas ou controladas por outros. A face positiva tem a ver com a imagem que passamos socialmente para as outras pessoas.

Estas categorias permitirão descrever, por meio especialmente de lexicalizações, criação de palavras, estruturação e conexão de frases e metáforas, a significação ideológica intrínseca no discurso, uma vez que a escolha de estratégias de composição estrutural do texto revela valores, crenças e conhecimentos relacionados àquilo que é enunciado pelos sujeitos. A análise textual é, portanto, um dos elementos constituintes que permitirão tecer as concepções de ideologia presentes nos discursos.

3.2 Análise discursiva

A prática discursiva (produção, distribuição e consumo) está baseada na tradição interpretativa ou microssociológica de levar em conta a prática social como algo que as pessoas, ativamente, produzem e apreendem com embasamento em procedimentos compartilhados consensualmente. Trata-se, portanto, de uma análise chamada de “interpretativa”, pois é uma dimensão que trabalha com a natureza da produção e interpretação textual.

Alguns aspectos podem ser observados nessa análise, envolvendo as três dimensões da prática discursiva: produção do texto – interdiscursividade e intertextualidade manifesta; distribuição do texto – cadeias intertextuais; consumo do texto – coerência. A essas três dimensões, Fairclough (2001) acrescentou as “condições da prática discursiva” com a finalidade de apresentar aspectos sociais e institucionais que envolvem produção e consumo de textos.

a. Produção do texto

Por interdiscursividade e intertextualidade, entende-se a propriedade que os textos têm de estar repletos de fragmentos de outros textos. Esses fragmentos podem estar delimitados explicitamente ou miscigenados com o texto que, por sua vez, pode assimilar, contradizer ou fazer ressoar, ironicamente, esses fragmentos.

De acordo com o processo considerado, a intertextualidade pode ser vista diferentemente. No processo de produção, a intertextualidade acentua a historicidade dos textos, sendo sempre acréscimo às “cadeias de comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997). No processo de distribuição, a intertextualidade é útil para a “*exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro*” (FAIRCLOUGH, 2001: 114). No processo de consumo, a intertextualidade é proveitosa ao destacar que não é unicamente “o texto” (ou os textos intertextualizados na constituição desse texto) que molda a interpretação, porém também os outros textos que os intérpretes, variavelmente, trazem ao processo de interpretação.

A intertextualidade pressupõe a inclusão da história em um texto e, portanto, desse texto na história. Em outras palavras, os textos absorvem e são construídos de textos do passado, assimilando-os, respondendo-lhes, reacentuando-os e retrabalhando-os. Assim, cada texto ajuda a fazer história, contribuindo para que ocorram processos de

mudança mais amplos, já que também antecipa e molda textos subsequentes.

Observar se há relação entre intertextualidade e hegemonia é importante e produtivo como pista para a interpretação, para explicar as mudanças. O conceito de intertextualidade liga-se à produtividade dos textos, pois aponta para como os textos transformam textos anteriores e reestruturam as convenções existentes a fim de originar novos textos.

b. Distribuição do texto

As cadeias intertextuais podem ser muito complexas, como ocorre, por exemplo, quando se transforma um discurso presidencial em outros textos, pertencentes a diferentes gêneros (reportagens, análises e comentários, artigos acadêmicos etc), ou podem ser muito simples, pois uma contribuição a uma conversa informal não poderá gerar tantas cadeias intertextuais como no exemplo anterior; provavelmente será apenas modificada por formulações dos coparticipantes. *“Assim, os diferentes tipos de textos variam radicalmente quanto ao tipo de redes de distribuição e cadeias intertextuais em que eles entram, e, portanto, quanto aos tipos de transformação que eles sofrem”* (FAIRCLOUGH, 2001: 167).

c. Consumo do texto

A coerência deixa de ser abordada como propriedade do texto para ser tratada como propriedades de interpretação, pois um texto só faz sentido para alguém, quando lhe é possível interpretá-lo, ao gerar leituras coerentes. Contudo, não se deve esquecer que há a possibilidade de fazerem-se leituras diferentes, como resistência à proposta pelo texto. De qualquer modo, a fim de que um texto faça sentido, é necessário que os intérpretes encontrem uma maneira de convencionar seus vários dados em uma unidade coerente, conquanto não necessariamente unitária, determinada ou não ambivalente. O conceito de coerência é o cerne de muitas explicações sobre a interpretação.

d. Condições de práticas discursivas

A fim de compreender as condições de práticas discursivas, é necessário perceber que os textos são produzidos de maneira particular e em contextos sociais particulares. Reforçando essa afirmação, Charaudeau e Maingueneau (2004) ratificam

que o sujeito discursivo¹ pode ocupar diversos posicionamentos, formando uma identidade enunciativa, que não diz respeito apenas aos conteúdos, mas às diversas dimensões do discurso.

Semelhantemente à produção, os textos são consumidos diferentemente em variados contextos sociais. A produção e o consumo podem ser individuais ou coletivos. Os textos podem ser caracterizados por distribuição simples (conversa casual) ou complexa. Eles podem apresentar resultados variáveis, de natureza extradiscursiva e, ainda, discursiva (os atos de fala).

3.3 Análise social

O objetivo geral dessa prática é especificar “*a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social*” (FAIRCLOUGH, 2001: 289), porque “*a prática social (política, ideológica etc) é uma dimensão do evento comunicativo, da mesma forma que o texto*” (Idem, p. 99). Essa é uma análise de tradição macrossociológica e com características interpretativas. É uma dimensão que verifica as questões de interesse na análise social, ou seja, analisa as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que maneira elas moldam a natureza da prática discursiva.

Em relação ao tema, é difícil o tratamento por tópico, segundo parecer de Fairclough. Então ele deve ser abordado como um todo, inter-relacionando as partes. O discurso, como prática social, tem por objetivo, especialmente, trabalhar ideologias e hegemonias.

Fairclough afirma que os sujeitos, mesmo sendo posicionados ideologicamente, têm capacidade de agir criativamente, no sentido de executar as próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e, também, de reestruturar tanto as práticas quanto as estruturas posicionadoras. Aqui se percebe a evolução do conceito de ideologia para o de hegemonia.

A produção, a distribuição e o consumo de textos são, na realidade, um dos enfoques da luta hegemônica que contribui, em diferentes graus, para a reprodução ou a transformação da ordem de discurso e das relações sociais e assimétricas existentes.

¹ Sujeito discursivo é um ser social que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro e expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social.

Conforme a proposta de análise de discurso apresentada neste dispositivo, vê-se a necessidade de equilíbrio entre as dimensões da forma e da função nos estudos de linguagem. Isso para não se reduzir a linguagem à condição de ferramenta social e nem limitá-la ao caráter apenas formal do sistema linguístico, afinal “língua não é forma nem função, e sim atividade significativa e constitutiva” (MARCUSCHI, 2005: 3). O equilíbrio na análise é uma significativa contribuição da ACD, por se tratar de uma abordagem social e linguisticamente orientada.

4. Análise de texto e formação de leitor em perspectiva crítico-discursiva

Ao discutir as relações entre leitura e formação de leitor crítico, é preciso mencionar Freire (1983, p. 09), para quem “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”.

Percebe-se que, para esse autor, há um movimento dialético entre leitura, crítica e transformação social, pois o leitor, por um lado, é alimentado pelos fatos do mundo e pelos fatos (discursivos) do texto e, por outro, é desafiado a retornar ao mundo e buscar a transformação de suas condições materiais de existência.

Outro aspecto a destacar é que Freire não se refere a uma leitura qualquer, mas destacadamente àquela que estabelece relações entre texto e contexto. Logo, ele reconhece a historicidade do texto e a dinamicidade da relação deste com o leitor. Isso demonstra a importância que esse autor dá às condições de produção do discurso, das quais o texto é portador, através da memória social.

Além da formação do leitor, aqui outro tema merece ênfase: a criticidade. De acordo com Silva (2002, p. 26), “pela leitura crítica o sujeito abala o mundo das certezas (principalmente da classe dominante), elabora e dinamiza conflitos, organiza sínteses, enfim combate assiduamente qualquer tipo de conformismo, qualquer tipo de escravização às ideias refletidas pelo texto”.

Para a formação crítica do leitor, é imprescindível a participação ativa da escola e do professor, a fim de que a seja ampliada a competência comunicativa do aluno. A propósito disso, Silva (2002, p. 27) argumenta que “As competências de leitura crítica não aparecem automaticamente: precisam ser ensinadas, incentivadas e dinamizadas

pelos estudantes, desde as séries iniciais, a fim de que desenvolvam atitudes de questionamento perante os materiais escritos”.

A formação de um leitor que questiona o que lê, mediante condições de produção e contexto, entre outros, é a razão pela qual se propõe aqui o emprego do dispositivo teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD) nas aulas de análise de textos.

Conforme Ramalho (2012, p. 188), “Em práticas de ensino-aprendizagem de língua materna orientadas por uma compreensão mais crítica, a linguagem é concebida como prática social, ou seja, como parte integrante da vida social, indissociável das pessoas que agem e interagem em um mundo material sociocultural e historicamente situado”. Com isso, o conhecimento dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise Crítica do Discurso por parte dos professores é capaz de aproximar suas práticas, nas aulas de interpretação de textos, do que exigem os documentos (como os PCN) e as avaliações educacionais (como o ENEM).

CONSIDERAÇÕES

Pelo que foi exposto até aqui, pode-se afirmar que o resgate das relações entre a materialidade linguística do texto e a sua exterioridade constitutiva é a mais significativa contribuição dos estudos discursivos para o ensino de Língua Portuguesa, especialmente no que se refere às aulas de leitura e interpretação de textos.

Não se trata de colocar a ACD como tema das aulas de português, mas de ressaltar o fato de que, quando os professores se apropriam de seus fundamentos, adquirem condições de ampliar o processo de leitura e de interpretação de textos com os alunos, desvelando os processos constitutivos de produção, circulação e análise de textos escritos.

É o desvelamento dos processos constitutivos dos textos que propicia ao educando a compreensão mais ampla das práticas sociais que se efetivam pela língua e a partir dela. Por meio do acesso a esses elementos, postos em relação com as condições materiais de existência, os alunos podem adquirir condições para intervir, como cidadão crítico, nas relações sociais do meio em que está inserido.

Portanto, a ACD pode contribuir com a implantação de novos processos de leitura e interpretação de textos que permitam novas práticas sociais de um verdadeiro leitor do mundo e da palavra e igualmente sujeito crítico da realidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Análise de textos** – fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. Série Estratégias de Ensino; 21.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (eds.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 23 ed. São Paulo Cortez, 1989. Coleção polêmicas do nosso tempo; 4.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Discurso, cognição e gramática nos processos de textualização. In: SILVA, D. E. G. (Org.) **Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade entre fronteiras**. Brasília: Editora da UnB, 2005.

MEYER, M. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

RAMALHO, V. **Ensino de língua materna e Análise de Discurso Crítica**. Bakhtiniana, São Paulo, 7 (1): p. 178-198. Jan./Jun. 2012.

SILVA, E. T. **Criticidade e Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: MEYER, Michel (orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-34.